



## IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

### GT: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

# CRISE DE LEGITIMIDADE POLÍTICA E A CULTURA (ANTI)PARTIDÁRIA NA GUINÉ-BISSAU EM 2020-2021

Paulo Anós Té  
Mestrando em Ciência Política (UFPel/Brasil)

**Resumo:** Uma crise de legitimidade refere-se à quebra do vínculo entre os representados e os seus representantes, provocada, em muitos casos, pelo disfuncionamento das instituições e pela corrupção. Esta reflexão propõe analisar a crise de legitimidade política e as suas implicações na cultura (anti)política na Guiné-Bissau. Os partidos políticos são aceitos, embora não peremptoriamente, como instituições políticas importantes para o funcionamento da democracia, servindo como elo entre o Estado e a sociedade. Por isso, a legitimidade política é um dos pressupostos fundamentais para o fortalecimento das instituições. Com a adoção do pluralismo político, em 1991, o país tem enfrentado crises políticas, prisões arbitrárias e assassinatos de certas figuras públicas. Esses problemas indicam a necessidade de transição por *ruptforma*, de que fala Huntington, e da mudança de mentalidade, de que aduz Ángel Oquendo, referente à legitimidade, autonomia, legalidade, (re)estruturação do sistema burocrático e aos direitos humanos. Identifica-se uma descrença nos políticos, nos partidos políticos e um sentimento antipartidário por parte do povo, o que resultou na crise da legitimidade política.

**Palavras-chave:** Democracia; Partidos; Crise de legitimidade; Guiné-Bissau.

### Introdução

Este trabalho aborda sobre a crise de legitimidade política e a cultura (anti)partidária na Guiné-Bissau. A corrupção, o nepotismo e a falta de transparência da gestão pública podem colocar em causa a legitimidade de governos, atores políticos e partidos políticos. O povo – entendo neste texto como um conjunto de indivíduos que vivem em sociedade sob a jurisdição das mesmas leis de um Estado – pode descrer nas instituições políticas legais e revoltar-se contra elas. Assim, a própria consolidação das instituições democráticas pode estar em declínio.

Nas democracias representativas, a presença de requisitos quantitativos para o acesso ao voto e, conseqüentemente, ao poder constituem pressupostos fundamentais (SCHERLIS,



2014). Por isso, durante o prelúdio da década de 1990, vários partidos disputaram a arena eleitoral para poder influenciar a gestão do país. Esse fato elevou substancialmente a emergência de novas formações partidárias – com mais de 53 partidos políticos legalizados no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) na veste de Tribunal Constitucional (TC) – e novos contextos políticos, porém sem aumentar uma maior confiança do povo nas instituições.

Em 2019 após a realização das eleições presidenciais, Umaro Sissoco Embaló (USE), candidato declarado vencedor das eleições presidenciais pela Comissão nacional de Eleições (CNE), decidiu unilateralmente tomar a posse simbólica, como Presidente da República (PR), mesmo com o recurso do contencioso eleitoral interposto pelo Domingos Simões Pereira, candidato apoiado pelo PAIGC, no STJ, violando todos os preceitos constitucionais estabelecidos pela constituição e demais leis do país. A sua tomada de posse deixou o país em pé de “guerra”. De 2020-2021, o país voltou a viver situações sombrias marcadas pelas intimidações, perseguições, corrupção, espancamentos de alguns ativistas, deputados e adversários políticos, e greves na função pública.

A noção da crise de legitimidade parece iluminar a desonestidade governamental no mundo. Porém, a sua prática e como ela é interpretada varia de país para país. Se a crise como um conceito for devidamente (re)interpretado, segundo Oquendo (2016), ela permite-nos compreender a corrupção como uma ameaça endêmica à normativa das comunidades nacionais; descrever uma situação em que o povo deve, em princípio, transmitir a ideia da construção instrumental para a reflexão sobre as normas de legitimidade, como: autonomia, legalidade, igualdade e mudança de mentalidade, para, de fato, regenerar uma burocracia corrupta.

Para isso, o problema não pode ser respondido exclusivamente de forma técnica, com a promulgação de leis mais severas ou a implementação dos mecanismos de fiscalização mais duros e tampouco uma abordagem meramente motivacional, ou comportamental (OQUENDO, 2016). Assim, o processo da mudança deve proporcionar a mudança de atitudes e da cultura política. Ademais, a sociedade bissau-guineense deve impulsionar as atitudes política para contribuir no processo da mudança política. Para isso, primeiramente, deve haver um compromisso com os valores democráticos.

O trabalho está dividido em quatro partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte, discutimos sobre a crise da democracia liberal. Na segunda, sobre as eleições presidenciais de 2019 e a tomada de posse simbólica de Umaro Sissoco Embaló. Na terceira,



sobre a crise da legitimidade. Na quarta parte apresentamos os dados empíricos sobre o antipartidarismo na Guiné-Bissau. As bases dos dados foram recolhidas através de um questionário online lançado no dia 4 de julho de 2022 com 10 perguntas. Porém, nesta análise apenas analisamos 5 delas. O recorte temporal foi feito baseado na observação de como os bissau-guineenses avaliam a atuação dos partidos políticos e dos políticos em 2020-2021, buscando analisar a crise de legitimidade e antipartidarismo. Com base no exposto, duas primeiras perguntas analisadas obtiveram 136 respostas e as três últimas 134. Para isso, escolhemos quatro categorias analíticas: *i)* confiança; *ii)* interesse pela política partidária; *iii)* nível de atuação de partidos; e *iv)* simpatia por algum partido político.

### **Debate sobre a crise da democracia liberal**

A crise da democracia liberal suscitou várias análises da teoria política do século XXI. Estamos perante a ascensão do poder político por parte de algumas figuras com posturas autoritárias, por exemplo, na Rússia, Turquia, Estados Unidos de América, Venezuela, Hungria, Polónia, Peru, Brasil e entre outros. Atualmente, o povo está perdendo a confiança nos políticos e nos partidos políticos, como resultado, ocorre a crise da democracia representativa e da legitimidade. No caso da Guiné-Bissau, a política de toma lá, dá cá, ou dá cá, toma lá, tornou-se o “modelo” de fazer a política e “excluiu a população das tomadas de decisões fundamentais, criando um sistema de ‘direitos sem democracia’” (MOUNK, 2019, n.p.).

Alguns tempos atrás vários políticos, teóricos da(s) teoria(s) política(s) e comentaristas políticos comentaram sobre o “triunfo” da democracia liberal, fato que Samuel Huntington (1991) cognominou “Terceira Onda da Democratização”. Nos 15 anos subsequentes, a onda assumiu um âmbito global; cerca de trinta países passaram do autoritarismo à democracia e outros modelos de governação foram afetados pela onda. Com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética, a democracia liberal pareceria ser um caminho ideal para a consolidação das instituições, eliminando a possibilidade de disputar com outras ideologias políticas, por exemplo, o socialismo e o comunismo.

Passando alguns anos, vários acontecimentos sinalizaram (e ainda sinalizam) a reversão da expansão democrática, colocando a democracia liberal em crise (MOISÉS, 2020). A chegada ao poder no início do século XXI de alguns líderes políticos com roupagens autoritárias em democracias que até naquele momento eram consideradas estáveis,



possibilitou uma análise da democracia com outras perspectivas políticas. Algumas correntes chegaram a considerar que a democracia liberal estaria em crise e poderia estar a chegar ao fim em determinados países até então considerados consolidados democraticamente. Ainda que haja quem considere essa crise da democracia como apenas uma moda literária para vender livros, não há como negar a relevância desse debate na conjuntura política atual (RODRIGUES; BELLATO, 2021).

Os casos emblemáticos são os da Rússia com Putin, Venezuela com Chávez e Maduro, Turquia com Erdogan e, sobretudo, os Estados Unidos com Donald Trump e a tendência atingiu o Leste europeu como a Polônia e a Hungria que, poucos anos atrás, tinham um processo de democratização “positivo”. A situação atingiu também o Equador com Corrêa, a Bolívia com Morales, a Colômbia com Uribe, o Brasil com Bolsonaro (MOISÉS, 2020), a Guiné-Bissau com Umaro Sissoco Embaló e Zimbábue com Robert Mugabe. Este fato demonstra que o problema atravessa todos os continentes. Porém, é interessante neste debate apontar que a ascensão do quadragésimo quinto presidente dos Estados Unidos, nas eleições de 2016, Trump ao derrotar Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral, parece ter marcado a virada de algumas análises sobre a crise da democracia liberal.

A crise na perspectiva de Manin (1995) trata-se de uma metamorfose, indicando que a representação política está em mutação. Com isso, no início do século XXI, vários trabalhos foram publicados sobre a crise da democracia liberal. Para alguns autores como (CASTELLS, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019; PRZEWORSKI, 2020; RUNCIMAN, 2018), a democracia está em crise e é preciso salvá-la. Sobre isso, é importante salientar que não há um consenso entre os teóricos sobre quais variáveis originam essa crise. Para algumas literaturas, a crise é o resultado do surgimento do populismo e, para outras, ela é o resultado da crise da democracia liberal e da falta de representatividade.

Alguns sentimentos e sinais do desgaste da democracia estão a acontecer e ascensão dos políticos com comportamentos autoritários e líderes populistas nas democracias tidas como consolidadas ou não. Aqui não se pretende adjetivar o populismo se é bom ou não, por isso, limita-se em vê-lo como um fenômeno político que assombra as democracias. Na Guiné-Bissau, atualmente, há uma perda de confiança nos políticos, partidos políticos, no parlamento, governo e na justiça, gerando mais o antipartidarismo.

Sobre as crises da democracia, devemos procurar compreender do que se trata a crise da democracia. Para tal, pode-se questionar o seguinte: o que é democracia? O que é crise?



As nossas democracias estão em crise ou estão se aproximando dela? Se estamos em crise, como podemos resolvê-la? E quais os sinais levam-nos a interpretá-la numa democracia? (PRZEWORSKI, 2020).

A democracia como forma de governo remonta aos filósofos gregos. O seu uso moderno, entretanto, data dos levantes revolucionários na sociedade ocidental no final do século XVIII. No século XX surgiram três abordagens: como forma de governo, propósito do governo e procedimentos para a constituição do governo (HUNTINGTON, 1994).

Há uma grande ambiguidade e da imprecisão do conceito da democracia. Em seu estudo “capitalismo, socialismo e democracia”, em 1942, Joseph Schumpeter, contradiz a teoria clássica da democracia baseado na ideia da “vontade do povo” e do “bem comum”, afirmando que ela (democracia) “é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade” o que significa que o arranjo não seria apenas o melhor de todos, mas que poucas pessoas desejariam qualquer outro que não fosse democrático (SCHUMPETER, 1984, p.300).

Conforme esta linha, um sistema político tende a ser democrático quando os governantes são eleitos pelas eleições periódicas e imparciais em que os candidatos podem concorrer livremente pelos votos, contendo a participação de toda população adulta no exercício do seu direito de voto(s) (SCHUMPETER, 1984), por isso, a democracia nesse sentido envolve duas dimensões – contestação pública e direito de participação. Ademais, a existência das liberdades políticas, civis, reuniões, de organizações, e, sobretudo, a tolerância de cada uma para com outra, ou seja, entre o governo da maioria e a oposição (DAHL, 1997).

A democracia possui os predicados básicos que devem ser observados entre os quais destacam-se: eleições livres e competitivas, direitos de expressão e de associação garantido por lei, Estado democrático de direito, a independência e a imparcialidade do poder judiciário, e a liberdade de expressão (DAHL, 1997). Uma forma de pensar sobre as crises democráticas é refletir sobre tais pressupostos que sustentam a democracia nas suas múltiplas dimensões. Sem esses pressupostos, pode-se estar perante uma crise democrática.

A crise democrática pode ser entendida como aquela que “consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem” (GRAMSCI, s/a apud PRZEWORSKI, 2020, p.11). Assim, no caso da Guiné-Bissau, o desgaste das instituições, por exemplo, o



parlamento, o governo e a não independência do poder judiciário, abre a possibilidade para a violação dos direitos fundamentais, pondo a democracia em crise e/ou em risco. O parlamento e o judiciário se mostram tão “domados” quanto poderíamos esperar que sejam resistentes, por isso, Umaro Sissoco Embaló (USE) faz o que pretende, com alguns êxitos, pois, há uma simpatia dos juízes e dos deputados. As tentativas de acreditar nos juízes e nos tribunais tendem a cair na frustração, quando é assim, para o radialista e comentarista norte-americano Rush Hudson Limbaugh, estamos perante um “silent coup” (golpe silencioso), mas que é átona a todos.

A interferência do poder político no judiciário pode abrir espaço para a violação das precondições da democracia competitiva enunciadas por Dahl (1997) – intolerância das oposições, a não formulação das preferências, a impossibilidade de expressão das preferências, e não ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Atitudes como essas ameaçam a existência das instituições democráticas. Acentuam-se as intolerâncias mútuas entre os políticos, simpatizantes e militantes, a ordem política já entrou em declínio, mas há quem não a admite. Por isso, “em vez de uma guerra civil sem combate, temos embates verbais sem guerra civil” (RUNCIMAN, 2018, p.22), mas que podem a qualquer momento desembocar num conflito se a gestão do país continuar nesta direção. Quando é assim,

para saber se uma situação particular se qualifica como crise é preciso interpretar alguns sinais manifestos de que as instituições democráticas estão ameaçadas. Estamos atentos a esses sinais porque eles podem significar prenúncios de colapso democrático ou de desgaste gradual. Soluções potenciais para as crises, contudo, podem incluir a restauração do *statu[s] quo* institucional, algumas reformas parciais de instituições representativas tradicionais que ainda preservam a democracia, bem como sua destruição abrupta ou gradual (PRZEWORSKI, 2020, p.16).

Por que a democracia bissau-guineense está em crise? Não se pode perder de vista que a democracia bissau-guineense encontrou os problemas antes da sua adoção, pois, não houve debates “qualificados” para se adentrar na democratização. Outrossim, desde que o país adotou o modelo democrático em 1991, nenhum governo eleito democraticamente concluiu quatro (4) anos de mandatos. O país tem vivido numa cíclica instabilidade política e assassinatos de figuras públicas, da sociedade civil e golpes de Estado. Desde 1994 – período da primeira eleição multipartidária – até 2019, só um Presidente da República é que conseguiu terminar cinco (5) anos de mandato, tendo nomeado nove (9) primeiros-ministros.



### **Eleições presidenciais de 2019 e a tomada de posse simbólica de Umaro Sissoco Embaló**

Os resultados provisórios das eleições presidenciais na Guiné-Bissau foram anunciados na quarta-feira 1 de janeiro de 2020 pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Nesse dia, alguns militantes, dirigentes e simpatizantes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) encontraram-se em lágrimas, tristes e, alguns até choraram, pois, seriam governados por um homem que lhes parecia ser desqualificado e/ou que não ganhou as eleições para o alto cargo do país. Após os anúncios dos resultados, a sociedade bissau-guineense dividiu-se entre os apoiantes de Domingos Simões Pereira (DSP), de um lado, e de Umaro Sissoco Embaló (USE), de outro.

Após os anúncios dos resultados eleitorais pela CNE, DSP, candidato apoiado pelo PAIGC, interpôs uma ação no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), pedindo anulação dos resultados presidenciais e a recontagem dos resultados da votação, afirmando haver irregularidades e fraude eleitoral. Após algumas trocas de “mimos” entre o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e CNE, USE afirmou que vai tomar posse no dia 27 de fevereiro de 2020 e avançou ser necessário “fazer a guerra” para que haja a paz na Guiné-Bissau. Sobre isso, pode-se dizer que ““quem tem armas”, nessa definição mínima de democracia, são os políticos que controlam as Forças Armadas” (RUNCIMAN, 2018, p.18). Após a tomada de posse, alguns militares começaram a circular nas ruas de Bissau, invadindo o STJ, as rádios, a televisão e o palácio do Governo. Fato que alguns consideram de golpe sem derramamento de sangue.

No dia 27 de fevereiro de 2020, USE, candidato declarado vencedor das eleições presidenciais de 2019 pela CNE, tomou posse de forma “simbólica” – forma nunca estabelecida pelas demais leis do país no que concerne à matéria – como Presidente da República da Guiné-Bissau em meio a contencioso eleitoral apresentado por DSP, candidato suportado pelo PAIGC. “O presidente do parlamento guineense, Cipriano Cassamá – que segundo a lei é quem concede a posse ao Presidente eleito – não aceitou participar da cerimônia convocada pelo vice-presidente do Parlamento, Nuno Gomes Nabiam, alegando aguardar pela decisão do STJ [Supremo Tribunal de Justiça]” (DARAME, 2020, n.p.).

Em decorrência disso, o USE foi empossado pelo vice-presidente do Parlamento. A tomada de posse decorreu num dos hotéis de Bissau, com a presença dos políticos, simpatizantes e apoiantes do candidato. Na ocasião, o USE comprometeu-se a refutar o Estado bissau-guineense, ser um Presidente da concórdia nacional e fundar uma nova



República respeitada por todos e todas. Porém, a sua tomada de posse deixou o país em pé de guerra. O governo na altura, liderado por Aristides Gomes, declarou o ato como um golpe de Estado, com apoio de algumas chefias militares. Assim, a situação ficou ainda mais tensa com a perseguição de algumas figuras do governo liderado por Aristides Gomes, incluindo o próprio Gomes que teve que refugiar em algures nas instalações das Organizações das Nações Unidas (ONU) em Bissau. A sua saída do país só foi efetivada mediante a intervenção daquela organização.

No hotel em Bissau, onde decorria a tomada de posse simbólica, havia muitas pessoas que se riram e manifestaram com muito entusiasmo por USE decidir tomar posse de forma simbólica. Foi um clima de muita festa e de muita emoção para os simpatizantes e políticos que o apoiaram. Na altura, deu-se para perceber uma grande fúria das pessoas que estavam a dançar nas ruas de Bissau e nas regiões, de um lado, e de outro, havia militantes e simpatizantes do PAIGC em lágrimas. O período marcou uma fase política nunca antes vista no país.

Na sua declaração no dia da tomada de posse simbólica, o USE afirmou que: “proponho um novo começo, a restauração da autoridade do Estado primada na lei e nos direitos humanos, no combate à corrupção, na melhoria da condição de vida dos cidadãos e na melhoria da qualidade da governação nacional” (DARAME, 2020, n.p.). USE enunciou um discurso que parece ser o *slogan* – para fazer propaganda política. O seu discurso foi marcado pelas exibições apocalípticas que reverberam as pistas “menos” democráticas, momentos marcados pelas tensões em que a democracia bissau-guineense começou a ganhar outros contornos menos democráticos, andando para o caminho do totalitarismo.

Talvez os defensores da democracia liberal diriam ser um discurso populista, associando-o à emoção e sentimentos instintivos com promessas de soluções simples para/dos problemas complexos. Os resultados da luta contra a corrupção nos surpreendem. A estadia do USE de 2020-2021, foi demarcado pelas constantes denúncias da corrupção no aparelho do Estado. Porém, mesmo com as denúncias, ninguém foi responsabilizado judicialmente.

A Guiné-Bissau é um país com a “democracia difusa”, pois ao fazermos uma analogia a quaisquer “exigências” dos princípios democráticos, verificar-se-á que a violência policial e verbal, a perseguição e rapto dos adversários políticos aumentaram nesse período. As pessoas acreditam nas mudanças propostas pelo USE? O que o tornou possível como Presidente da República (PR)? Aqui é importante salientar que não se trata se ele ganhou ou não as eleições



presidenciais, pois o assunto continua a gerar as interpretações contraditórias. Entretanto, é importante salientar que ele não tomou posse conforme regem as normas constitucionais e as demais leis do país. Isso fez o ato simbólico carecer de uma legalidade constitucional.

Ao analisarmos o discurso do USE de promover a coesão e a reconciliação nacional, o acesso à justiça e à educação, saúde, habitação, igualdade e, sobretudo, ao serviço de qualidade aos bissau-guineenses, pode atribuí-lo como um discurso idealista e não materialista, pois, por exemplo, o setor de saúde e educativo tiveram uma maior paralisação “de todos os tempos” do país devido às sucessivas greves dos trabalhadores. Após alguns dias da sua estadia na presidência, aliás, antes, ele ataca a jovem democracia débil com discursos do “único chefe” e preferiu ensaiar todos os poderes, contrabalançando os deputados, juízes, trabalhadores, jornalistas, religiosos, régulos e a sociedade civil.

Foram muitas ações e palavras em que o USE afirma ser o “único chefe” e apresenta alguns indicadores de comportamentos autoritários, mostrando que ele tem o “poder supremo”, ameaçando outros órgãos de soberania. Levitsky e Ziblatt (2018) apontam quatro indicadores de comportamento autoritário que são: a rejeição das regras democráticas do jogo, a negação da legitimidade dos oponentes políticos, a tolerância ou encorajamento à violência, e último é a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, críticos, inclusive a mídia. USE está em consonância com esta classificação da tendência autoritária.

O USE não tomou posse conforme a Constituição e as demais leis do país, pretendendo violá-las, adotando medidas antidemocráticas para mudá-las. Ademais, restringir direitos civis e políticos dos cidadãos; os adversários políticos foram vistos como uma ameaça à segurança nacional, desqualificando-os da participação política; mostrou-se ter ligações com forças armadas, paramilitares e milícias, e endossou a violência ao dizer ser necessário “fazer a guerra” para encontrar a paz; e, por último, intimidou os protestos e os críticos sobre a sua atuação enquanto PR, ameaçando dissolver o Parlamento e fê-lo no dia 16 de maio de 2022, convocando as eleições legislativas antecipadas para 18 de dezembro de 2022. Ainda intimidou tomar ações para punir os seus críticos na sociedade, na mídia e nos partidos rivais, chamando alguns jornalistas de “boca de aluguer” e juízes de “bandidos e bandidas”. Ele fala ou governa “sem respeitar os limites da civilidade democrática, que obriga qualquer um a reconhecer que pode haver verdade do outro lado. Ele faz pouco do próprio sistema que o tolera” (RUNCIMAN, 2018, p.21).



A Assembleia Nacional Popular (ANP) e os Tribunais com poder de dar respostas e zelar pela democracia estavam (e ainda estão) “saqueados” e permaneceram calados, pois, não fizeram nada para perfazer com alguns comportamentos que põem em causa a estabilidade política. Eles permaneceram simpáticos aos decretos ilegais feitos pelo USE, deixando-lhe fazer o que quer, por exemplo, nomear um vice Primeiro-Ministro que não está no organograma ministerial do país. As batalhas das ideias permaneceram à disposição das batalhas “armadas”, fato que contribuiu para fragilizar a democracia no país. Por isso, os “governos [os deputados e os presidentes] com origens democráticos podem acabar com a democracia, abolindo ou limitando severamente os procedimentos democráticos [...]” (HUNTINGTON, 1994, p.18).

A democracia bissau-guineense entra em crise quando as instituições democráticas não funcionam e quando os candidatos recusam obedecer às regras democráticas como fez o USE. Assim sendo, a democracia bissau-guineense luta para sobreviver aos assaltos das instituições. O USE parece ser ameaçador e esquece-se de comportar como um PR no semipresidencialismo. Assim, pode parecer que a democracia está a funcionar, mas, na verdade, não. Não basta realizar as eleições para afirmarmos categoricamente, que a democracia está a funcionar. É preciso respeitar os limites dos poderes e as instituições democráticas, garantindo os direitos humanos, políticos, civis e liberdades. Sem esses princípios, pode ocorrer a crise de legitimidade política.

### **A crise de legitimidade política**

A legitimidade é a capacidade de um poder político conseguir uma obediência sem necessariamente recorrer à coerção ou à violência. Assim, o Estado só é legítimo quando há aceitação e o reconhecimento da autoridade do poder político. A crise de legitimidade na Guiné-Bissau se deve à indiferença de alguns políticos perante os problemas reais do povo, a perda de confiança nos atores políticos, partidos políticos e nos tribunais.

A crise de legitimidade do governo pode ser desencadeada pelo nepotismo, venalidade e entre outras práticas ligadas à corrupção. Quando é assim, os cidadãos não acreditam nas instituições do Estado e nas instituições políticas, podendo manifestar-se contra elas. Assim, parece ser contundente que estamos numa era da corte do cordão umbilical entre os representantes e representados na democracia guineense. Essa corte produz o que Manuel Castells (2018) chama de “crise da legitimidade política” – o sentimento majoritário de que os



atores do sistema político não nos representam. Os representantes não apresentam outras opções ou alternativas e vendem a imagem de que não há outras saídas. Assim, as escolhas se limitam àquelas opções existentes e enraizadas, política, social e patologicamente nas instituições, criando um círculo vicioso e manipulador, obstaculizando o processo do desenvolvimento e da construção de uma consciência real dos problemas que assolam o país.

Com base nisso, uma crise da legitimidade do sistema partidário, é compreendida como “um profundo descrédito social dos partidos estabelecidos e das regras do jogo político em jogo” (SCHERLIS, 2014, p.308). A situação faz com que alguns setores da sociedade questionem a legitimidade das elites políticas e a plausibilidade dos partidos políticos, dos políticos, do presidente, do governo e da representação democrática. Assim, as necessidades sociais pela abertura democrática do sistema político ganham novos contornos, tornando-se uma questão política importante (SCHERLIS, 2014).

A crise de legitimidade estreita as relações entre os partidos políticos, atores políticos e o povo. As mesmas elites governamentais que surgem em decorrência de fragmentação partidária não promovem mecanismos que possibilitam a representação política como mecanismo de atender as necessidades do povo. Isso consubstancia em aumentar o custo da formação dos novos partidos políticos e/ou aumentar ainda mais as barreiras à participação e à ampliação das relações entre os governantes e os governados.

O aumento dos novos partidos parece abrir caminhos para um consenso difícil de alcançar entre as elites políticas sobre os pressupostos governativos e do desenvolvimento do país. Assim, abrem-se as possibilidades de quaisquer instrumentos (mesmo que inconstitucionais) para chegar ao poder, como o que aconteceu em 2020 com a tomada de posse simbólica de USE como PR. Estes fatos têm contribuído na descrença das instituições tradicionais, no declínio das posições partidárias e no antipartidarismo.

Os partidos políticos na Guiné-Bissau apresentam estruturas diferentes, mas ao final, concordam com a manutenção do *status quo*. Eles adotam os mecanismos políticos (informais) que os permitem manter com toda veemência o monopólio da estrutura da sociedade. A política nesse caso, portanto, se torna um espaço para um grupo defender os seus interesses em detrimento dos interesses do povo. Assim, cria-se um oligopólio – um número restrito de pessoas que domina a maior parte do Estado.

Quando em meio de uma crise econômica, sanitária e educacional, os aventureiros políticos fazem manobras para tirar barganhas pessoais; as despesas do “único chefe”, as



viagens turísticas, a obtenção dos bens e serviços são consideradas importantes e invulneráveis com o dinheiro do “pobre” trabalhador, enquanto os serviços básicos como, por exemplo, a saúde, escola, infraestrutura as rodoviárias, etc. são reduzidos, aliás, inexistentes. Esses fatores têm sido apontados como indicadores da crise da legitimidade política.

Quando há crise da legitimidade, os politikeiros usam a força coerciva do estado contra aqueles que criticam a gestão do país. É uma postura que pode provocar o “genocídio” de um pensamento inconformista e crítico da governação do país. Para esses politikeiros, “só resta o poder descarnado de que as coisas são assim, e aqueles que não as aceitarem que saiam às ruas, onde a polícia os espera. Essa é a crise de legitimidade” (CASTELLS, 2018, p.11) que mostra, exatamente, o que aconteceu e (está acontecendo) na Guiné-Bissau. Houve ataques às rádios, jornalistas, vozes críticas, adversários políticos, ativistas políticos, os deputados e entre outros. Não se permitiu a manifestação e se houver uma tentativa de fazê-las, a polícia lança sempre gases lacrimogênicos contra os manifestantes.

A asfixia do Estado bissau-guineense por alguns políticos desarticulou (em parte) a capacidade do povo de se juntar como os antigos combatentes fizeram contra o colonialismo português. Essa atitude limitou a capacidade do Estado em atender as necessidades da população para atender às de certas pessoas. Quando é assim, a violação dos direitos humanos, as cíclicas crises econômicas, sociais e políticas ganham outros contornos e tornam-se insuportáveis. Para mais, a fragmentação da sociedade se acentua numa direção preocupante, podendo provocar uma convulsão social.

Castells (2018) aduz que “na raiz da crise de legitimidade política está a crise financeira, transformada em crise econômica e do emprego”, fato que relata a realidade política, social e econômica do país. De fato, essa situação fez ruir a economia do país, levando a economia do país numa situação catastrófica sem precedentes. As avaliações do Fundo Monetário Internacional (FMI) (2021)<sup>1</sup> indicaram que a dívida pública do país se estendeu em 78,1% do PIB até ao final de 2021. Essa situação afetou os jovens e, sobretudo, as mães bissau-guineenses que labutam diariamente para sustentar as suas famílias. Assim, os fatos apresentados têm contribuído no antipartidarismo na Guiné-Bissau.

### **Antipartidarismo na Guiné-Bissau: o que a dimensão empírica nos indica?**

1 Disponível em: <<https://bit.ly/32gOIGK>>. Acesso em: 18 dez. 2021.



Em geral, no sentimento macro, alguns estudos têm analisado o antipartidarismo (ARAÚJO, 2007; KESTILÄ-KEKKONEN, 2009; POGUNTKE; SCARROW, 1996; POGUNTKE, 1996); outros buscaram compreender o fenômeno na América Latina (DIAS, 2018; ARAÚJO; PEREZ, 2021); outros no contexto do sul da Europa (TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2001); e outros no Brasil. No contexto brasileiro, vários estudiosos têm se dedicado a analisar os vínculos estabelecidos entre os eleitores e partidos políticos, constituindo uma agenda importante e consolidada da pesquisa (ALMEIDA, 2020; ARAÚJO; PEREZ, 2021; KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016; MORAIS; BAQUERO, 2018; BAQUERO; LINHARES, 2011; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011, 2016; BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016). Esses estudos têm procurado compreender o papel que os partidos políticos desempenham na estruturação da escolha eleitoral, as preferências partidárias, as variáveis socioeconômicas para explicar as preferências partidárias ou eleitorais no Brasil (KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016).

Este estudo segue a definição de Poguntke e Scarrow (1996) que define o sentimento antipartidário como um sentimento desfavorável em relação aos partidos políticos ou de extrema rejeição aos partidos políticos. Os autores distinguem duas categorias de sentimento antipartidário que podem ser estudados proveitosamente a dois níveis: o nível de elite política e o nível de massa. A nível da elite, o sentimento antipartidário apresenta-se sob a forma de críticas relativas ao papel atual dos partidos estabelecidos nos sistemas democráticos e nível da massa como um “desafeto em relação aos partidos, inclusive sua contestação” (p. 259), ou seja, trata-se da desconfiança em relação a todas as estruturas partidárias existentes.

Subsidiado pelas colocações dos autores acima referenciados, na presente seção é abordado a dimensão empírica sobre o antipartidarismo na Guiné-Bissau, tomando como marco temporal 2020-2021 que marcou o primeiro ano desde que o USE tomou poder simbólico como PR. Baquero e Linhares (2011) evidenciam que a literatura sobre o assunto tem apontado uma resposta negativa quanto a partidos políticos como entidade de mediação política entre o Estado e a sociedade. Situação confirmada no contexto da Guiné-Bissau dado que a dimensão empírica aponta para este caminho, conforme é ilustrado no gráfico 1 sobre o nível de confiança nos partidos políticos entre 2020-2021.

**Tabela 1** - Nível de confiança nos partidos políticos em número de respostas (%)

Ótimo	bom	Mais ou menos	Ruim	Péssimo	NA	NR
-------	-----	---------------	------	---------	----	----



0	3	28	22	43	2	2
Total de entrevistados						136

Fonte: elaboração própria

A tabela 1 traz evidência da confiança que os bissau-guineenses têm em relação a partidos políticos entre 2020-2021. O ano de 2020 marcou a tomada de posse simbólica do USE como PR, mesmo violando os preceitos e as demais leis do país concernentes à posse. No início do ano, apesar de alguns sinais de violência de que o próprio USE tinha feito nas campanhas eleitorais às presidências de 2019, algumas pessoas permaneceram céticas em relação à mudança prometida pelo candidato. Com a sua posse simbólica em fevereiro de 2020 até o final de 2021, a desconfiança nos partidos políticos aumentou de forma exponencial, dado que 43% consideram de péssimo nível de confiança e 0% de **ótimo**. Os dados mostram que nenhum dos entrevistados considerou de ótimo o seu nível de confiança nos partidos políticos de 2020-2021, o que significa que, tirando os 4% das pessoas que não sabem responder e que responderam como não se aplica, 93% dos entrevistados não consideram os seus níveis de confiança nos partidos como ótimo, enquanto 3% considera de bom o nível de confiança.

Apesar de os partidos políticos serem aceitos como instituições políticas importantes para o funcionamento da democracia, servindo como elo entre o Estado e a sociedade (BAQUERO; LINHARES, 2011), eles não são entendidos pelos nossos interlocutores, no contexto da Guiné-Bissau, como instituições importantes para o efeito. Essa situação talvez esteja relacionada à maneira como os partidos políticos e atores políticos têm levado o país a uma situação de “guerra”, acompanhada pela perseguição, crises em vários setores do país – econômicas, sociais, habitacionais, sanitárias, políticas, educacionais, etc. –; crises que, de fato, afetaram negativamente os bissau-guineenses. Este fato elucidado, como observa Araújo e Perez (2021, p.337), que os partidos, “longe de conseguirem cumprir sua função mediadora, foram encarados como parte do problema” que assola o país, ou seja, são encarados, como causadores de problemas que minam as capacidades do Estado (POGUNTKE; SCARROW, 1996).

Observando os dados da tabela 1 é possível constatar como os bissau-guineenses confiam ou não nos partidos políticos, assumindo uma posição “não identificatória” com os



partidos políticos. A incapacidade de criar um canal de comunicação e de identificação dos partidos com os eleitores e, sobretudo, os jovens, agrava uma percepção negativa e cética dos cidadãos em relação a partidos e, sobretudo, à sua capacidade como elo político, ou seja, a maior desconfiança em relação aos partidos políticos é porque eles são “vistos como atores coletivos responsáveis, em boa parte, pela ingovernabilidade do país” (BAQUERO; LINHARES, 2011, p.95). Esta situação conduz a uma percepção negativa do papel dos partidos políticos como intermediários entre a política e a vontade do povo. Quando isso acontece, o próprio sistema partidário pode gerar a desconfiança nas instituições políticas o que, de fato, pode levar à crise de legitimidade, fragilizar as instituições democráticas, obstaculizar a institucionalização do sistema partidário e aumentar o antipartidarismo.

Para elucidar melhor o sentimento antipartidário no país, extraímos os dados recolhidos pelo formulário online no mês de julho de 2022 (consultar tabela 2).

**Tabela 2** – Simpatia por partido político por (%)

2020-2021	
Sim	Não
40	60
Total de entrevistados	136

Fonte: elaboração própria.

A tabela 2 em relação à 1, parece elucidar duas situações: 1) o eleitor que demonstra a indiferença, desilusão e apresenta sentimento de desconfiança concernentes a partidos políticos como “mediador”; e 2) o eleitor que rejeita um determinado partido, mas manifesta a simpatia por uma agremiação política (BAQUERO; LINHARES, 2011; KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016). Esta última elucidada o contexto da Guiné-Bissau, dado que 40% afirma ter simpatia com algum partido político, enquanto 60% não a tem.

Apesar da “confiança” e da “simpatia” política serem diferentes, há uma relação entre elas. A tabela 2 mostra a percentagem da simpatia por algum partido político na Guiné-Bissau. Apesar de algumas diferenças, pode-se afirmar que, parece haver mais simpatia política na Guiné-Bissau já que 40% têm uma simpatia, diferentemente do Brasil, Chile e Colômbia, que segundo Araújo e Perez (2021), nos anos 2010-2018, não chegou a ultrapassar



33%. Daí que se observa que, os bissau-guineenses por mais que não tenham a confiança nos partidos eles têm simpatia por alguns partidos.

Na conjuntura política para a construção de uma consciência cidadã, ativa e participativa, parece não ser uma surpresa essa contradição entre “simpatia” e “confiança” política já que a maioria dos bissau-guineenses têm navegado nos dois “mundos”. Assim, como observa Baquero e Linhares (2011, p.104), nem o chamado treinamento cívico eleitoral, a participação da sociedade civil nos processos das eleições por meio de voto parece ter sensibilizado os cidadãos sobre a importância de ter partidos fortes e eficientes. Assim sendo, “o desenvolvimento de organizações que funcionam como mediadores entre Estado e sociedade à margem das organizações partidárias tem experimentado um crescimento significativo”.

Salienta-se também que a atuação dos partidos políticos e a cultura política de que os jovens não devem falar e nem fazer a política partidária ativa podem ocasionar o desinteresse pela política partidária por parte da juventude. A descrença nos partidos políticos pode ser uma das variáveis para explicar a postura dos eleitores em relação ao desinteresse partidário. A tabela 3 elucida o interesse pela política partidária.

**Tabela 3** - Interesse pela política partidária (%)

2020-2021	
Sim	Não
40	60
Total de entrevistados	134

Fonte: elaboração própria

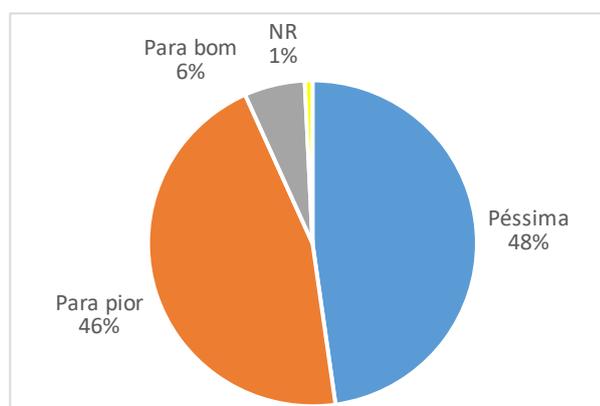
Conforme os dados disponibilizados na tabela 3, percebe-se que muitos dos bissau-guineenses não estão interessados pela política partidária, já que, 60% das pessoas que responderam ao questionário afirmam não ter interesses partidários. Com isso, pode-se questionar, o que tornou possível os jovens e eleitores se desinteressarem da política partidária? Quem “ganha” com o desinteresse da política partidária no contexto da Guiné-Bissau? O desinteresse está relacionado à decadência da democracia, à crise política ou o



antipartidarismo é o resultado decorrente das mudanças de percepções em relação à política, ou o inverso? Será uma coincidência os dados apresentados na tabela 2 e 3?

Apesar das questões colocadas, não se pretende dar uma resposta “unívoca”, mas sim, deixar que o/a leitor/a tire as suas ilações a partir das questões colocadas. Porém, pode-se afirmar que esta postura pode estar relacionada à “cultura política” no país, em que, o espaço da política partidária não é entendido como “benéfico” para os jovens, pois ele deve ser ocupado pelos mais velhos. Entretanto, é importante salientar que apesar das situações “antipartidárias”, alguns jovens têm se dedicado à política partidária, rompendo com o mito de que a política não é para os jovens. Daí que se corrobora com Araújo e Perez (2021, p.344), para asseverar que não é possível afirmar que os jovens ou eleitorados em gerais não se interessam pela política, mas sim “que eles não se interessam pela política partidária, daí o número expressivo de antipartidários” e não de simpatia em relação aos partidos políticos. Este fato pode estar relacionado à avaliação que os eleitores fazem em relação à atuação dos partidos políticos, como ilustra os dados do gráfico 1.

**Gráfico 1** - Atuação dos partidos políticos



Fonte: elaboração própria.



O gráfico 1 mostra a avaliação que os bissau-guineenses fazem da atuação dos partidos políticos. Dos 134 entrevistados, é possível observar que, contabilizando dois indicadores péssimos e a tendência para pior, a atuação dos partidos políticos atinge uma percentagem de 93%. Apenas 6% classificam a atuação dos partidos como uma tendência para bom, enquanto 1% afirma não saber responder à questão.

Isso implica dizer que 99% percentual não vê a atuação dos partidos como ótima ou como mediadores das relações entre a sociedade e o Estado. Para mais, o fato chama atenção por ser um nível percentual muito elevado. Outra surpresa é que a categoria “ótima” obteve 0% da classificação, ou seja, nenhum indicador positivo da atuação dos partidos políticos. Esse gráfico evidencia o quanto os bissau-guineense não estão satisfeitos com a atuação dos partidos políticos no período de 2020-2021, considerando-a como uma péssima atuação. Isso pode ser considerado como resultado da atuação dos partidos políticos, a ausência do comprometimento político com os interesses do povo, a ausência das políticas públicas no setor educativo, na saúde, crises institucionais, tentativas de instrumentalização étnica, nepotismo, a restrição de liberdade de cidadãos, totalitarismo e autoritarismo, prisões arbitrárias, espancamentos dos cidadãos e deputados, tendo alguns deles sido torturados na presidência e o fenômeno agudo da corrupção. Este fato da corrupção

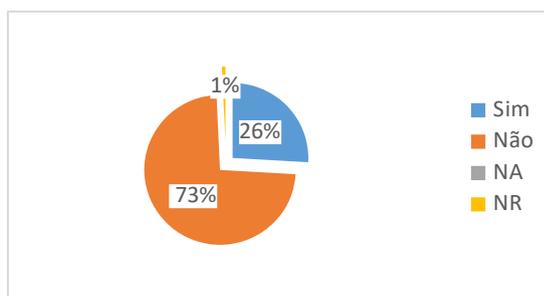
gera um déficit de legitimidade e anomia desde o primeiro plano, mesmo sob uma interpretação instrumental da política. A solução é um plano radical anticorrupção, juntamente com uma reconceitualização da legitimidade. Para justificar suas ações, os atores políticos terão que mostrar não que geralmente cumprem as regras na busca de sua estratégia, mas, sim, que normalmente tratam a política como um fim em si mesma (OQUENDO, 2016, p.93).

Com isso, como a Guiné-Bissau chegou a este ponto crítico – do desrespeito às instituições democráticas e a Constituição da República, de repressão a opositores e censura de liberdade de expressão? Por isso, pode-se dizer que se assistiu de 2020-2021 uma desgovernança no país, começando com a violação sistemática da Constituição da República, assalto ao poder por meio da violência que contribuiu tanto para fragilizar as instituições públicas do país e, assim, como para aumentar a crise de legitimidade que deram as bases para o agravamento da situação governativa, hoje, encarado como regime autoritário e totalitário –



por impor uma obediência absoluta<sup>2</sup>, inquestionável e cega à autoridade. Essa situação pode explicar em parte como a atuação de alguns partidos políticos.

**Gráfico 3 - Atuação de algum partido político condiz com a sua maneira de pensar**



Fonte: elaboração própria.

Os dados do gráfico 3 revelam um “distanciamento” da atuação dos partidos políticos com a maneira que a população pensa. Das 134 respostas obtidas, 73% das pessoas que responderam ao questionário revelam que a atuação dos partidos políticos não condiz com as suas formas de pensar, ou seja, não se identificaram com atuação destes. Assim, percebe-se que os partidos políticos como instituições estão a perder o vínculo com os seus eleitores. A não institucionalização do sistema partidário e a ineficiência das institucionais – sobretudo, jurídicas – podem fazer com que a população não confie nos mecanismos da resolução do conflito, buscando os seus mecanismos para resolvê-los. Num sistema partidário desinstitucionalizado, “os partidos são dominados e controlados por personalidades políticas e o eleitor não tem controle sobre quem votou, pois na maioria dos casos não lembra em quem votou” (BAQUERO; LINHARES, 2011, p.104). Sendo um país de cíclica instabilidade política a desinstitucionalização do sistema partidário torna-se a “regra” é o inverso é o “patológico”.

## Conclusão

A crise de legitimidade política e a cultura antipartidária é um fenômeno político que tem evidenciado tendências fortes para/na compreensão do comportamento eleitoral e para/na

<sup>2</sup> Uma violência do Estado como forma de garantir a fidelidade ou pelo menos a obediência dos cidadãos deixou de ser uma alternativa real. Portanto, para sobreviver, a população terá que reunir a coragem para se reinventar. O povo deve regenerar seu potencial democrático, avançar em direção a um modelo de democracia mais substantivo e menos instrumental, e chegar a legislações e mecanismos de aplicação adequados. De forma mais ampla, essas políticas devem construir uma estrutura política e jurídica capaz de sustentar não apenas um Estado genuinamente democrático, mas também um Estado legalista e social (OQUENDO, 2016).



legitimidade política, pois ela é um dos fundamentos importantes para institucionalização do sistema político e/ou partidário, podendo contribuir para a estabilidade democrática, considerando as funções que os partidos políticos podem desempenhar como elo da sociedade com o Estado. A Guiné-Bissau, sendo um campo muito “fértil” para os estudos sobre a crise de legitimidade e a cultura antipartidária, faz-se necessário discutir sobre o tema, dado que a própria cultura antipartidária pode ter consequência tanto para os jovens como para a própria democracia. A classe política bissau-guineense parece ser incapaz de parar com os seus modus operandi de arbitrariedade, heteronomia e desigualdade social sem, de fato, passar pela metamorfose da cultura política concernentes à corrupção.

A corrupção sistêmica, o cinismo político, a manipulação e política de escândalo que se construíram no país são fatores que continuam a deixar as pessoas céticas em relação aos partidos políticos, tendo aumentado a crise de legitimidade e o antipartidarismo. Assim, a democracia guineense está em crise e é preciso agir para salvá-la. Por isso, há tempo para revertê-la em prol do país e do bem social. Para tal, urge uma sociedade civil que conjugue os esforços para influenciar positivamente a elaboração das políticas públicas, atuando em oposição às estruturas coercitivas do Estado. À semelhança dos estudos de Araújo e Perez, constata-se que o antipartidarismo está ligado à desilusão com os partidos políticos e atores políticos. Para isso, é interessante compreender os múltiplos fatores que originam a postura antipartidária, pois o fenômeno pode ser interpretado por diferentes lentes.

## Referências

ARAÚJO, Rogério, Oliveira de; PEREZ, Olívia Cristina. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.26 n.50 p.327-349 jan.-jun. 2021.

BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca de Freitas. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 89-114, jan.-jun. 2011.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997

DARAME, Braima. Em meio a contencioso judicial, Sissoco toma “posse simbólica” como Presidente da Guiné-Bissau. **Agência Lusa**, Bissau, 27 de fev. de 2020. Disponível em: «<https://bit.ly/3pTEjDZ>». Acesso em: 7 dez. 2021.



HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz; PAIVA, Denise. O antipartidarismo: quem é o eleitor antipartidário? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2016. p. 1-18.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. A democracia pós-autoritária na berlinda. In: MOISÉS, José Álvaro; WEFFORT, Francisco (org.). **Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

OQUENDO, Ángel R. Delegitimizing, corruptive crises. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 3, p. 892-912, set-dez, 2016. v. 35, n. 3,

POGUNTKE, T.; SCARROW, S. The politics of anti-party sentiment: Introduction. **European Journal of Political Research**, v. 29, n. 3, p. 257-262, 1996.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

RODRIGUES, Theófilo Machado; BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 253-279, 2021.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SCHERLIS, Gerardo. Political legitimacy, fragmentation and the rise of party-formation costs in contemporary Latin America. **International Political Science Review**, v. 35, n. 3, p. 307-323, 2014.